

OLHARES DISTINTOS PARA UM MUNDO CHEIO DE ALTERNATIVAS AXIOLÓGICAS EM JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: uma visitação filosófica
DISTINCT LOOKS AT A WORLD FULL OF AXIOLOGICAL ALTERNATIVES IN JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: a philosophical visitation.

Renato Nunes Bittencourt¹

RESUMO: No presente texto faremos uma interpretação do romance *A Luneta Mágica*, obra de Joaquim Manuel de Macedo publicada em 1869, enfatizando o tema da relatividade dos conceitos morais de Bem e de Mal, problema esse que perpassa grande parte da tradição filosófica do mundo ocidental.

Palavras-Chave: Axiologia; Relativismo; Autonomia; Esclarecimento.

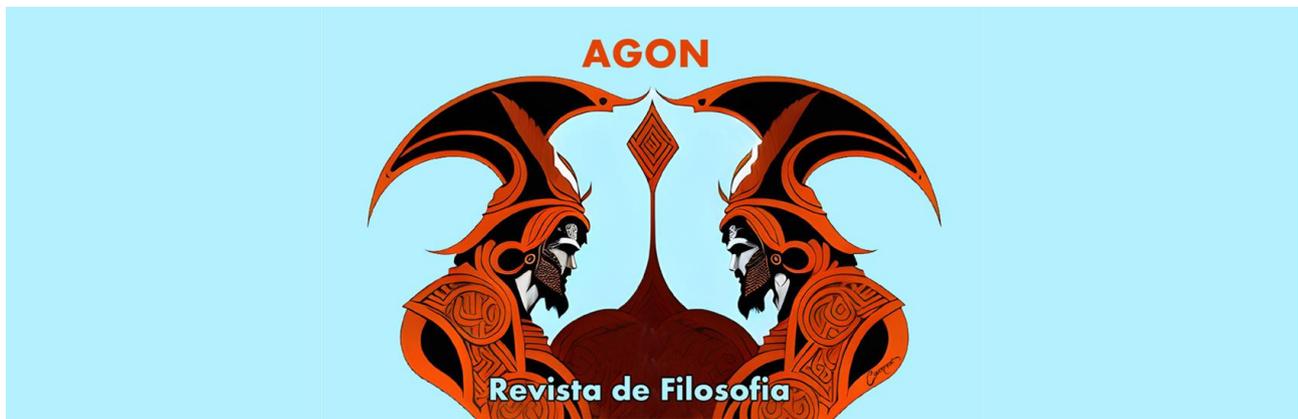
ABSTRACT: In the present text we will make an interpretation of the romance the *Magical Lens*, workmanship of Joaquim Manuel de Macedo published in 1869, emphasizing the subject of the relativity of the moral concepts of Good and Badly, problem this that involving great part of the philosophical tradition of the world occidental person.

Keywords: Axiology; Relativeness; Autonomy; Enlightenment.

INTRODUÇÃO

O problema do Bem e do Mal é um dos temas centrais de nossa trajetória filosófica. De onde nasce o Bem e para onde ele nos conduz? O Mal possui essência? Há algo de bom no que é mau? Existe alguma coisa que podemos considerar de maneira precisa como plenamente boa ou como plenamente má? Tais indagações éticas e ontológicas expressam o cerne da proposta do presente artigo, ao longo do qual veremos algumas associações entre a narrativa de Joaquim Manuel de Macedo ao longo de *A Luneta Mágica*, e algumas questões filosóficas enunciadas por célebres pensadores, tais como Heráclito, Espinosa, Kant e Nietzsche. Tal empreendimento, conforme minha avaliação pessoal, somente

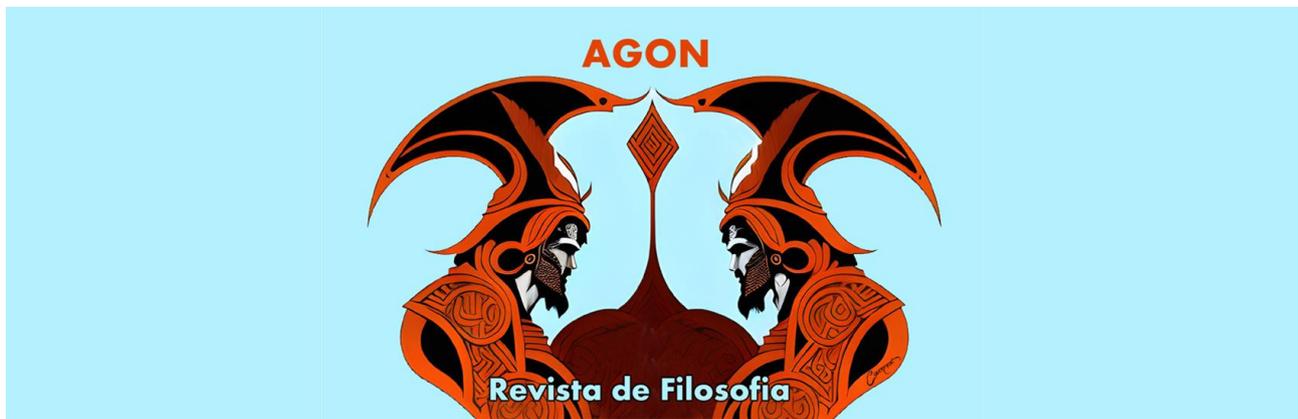
¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com
Revista Agon



favorece a valorização deste romance de Joaquim Manuel de Macedo, certamente a sua obra de maior profundidade filosófica, curiosamente pouco abordada pelo estudo de Literatura Brasileira na formação escolar dos jovens, circunstância que evidencia a decadência intelectual de nosso sistema educacional submetido ao crivo dos filisteus obtusos. A eleição engessada de obras canonizadas pelo reducionismo literário dos elaboradores dos exames admissionais do ensino superior empobrece consideravelmente o progresso cultural de nossa sociedade. Todavia, deixaremos algumas considerações sobre essa questão para a parte final desse texto. Iniciemos neste momento nossa investigação filosófica sobre esta obra admirável que é *A Luneta Mágica*.

A MIOPIA FÍSICA E A MIOPIA MORAL

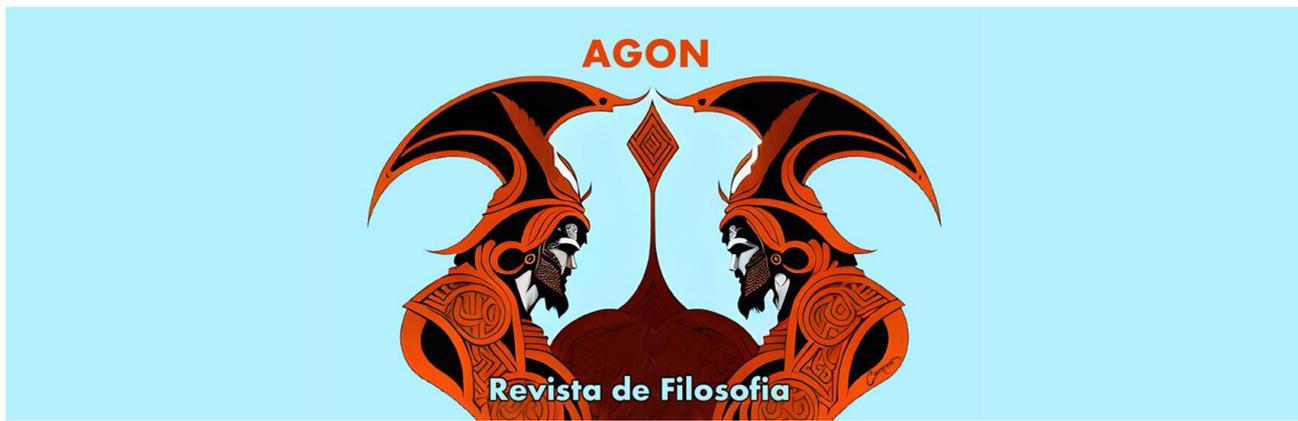
A Luneta Mágica de Joaquim Manuel de Macedo pode ser interpretada como um romance de formação, no qual o protagonista, Simplício, desenvolve sua consciência de mundo no decorrer da narrativa mediante as experiências turbulentas nas quais se envolve ao longo da trama, amadurecendo assim como pessoa e tornando-se um ser multidimensional capaz de construir uma história de si. Nessas condições, engana-se quem interpreta tal livro apenas como uma fábula revestida de caracteres modernos ou uma crítica mordaz aos costumes burgueses que afluíam na sociedade brasileira em seu ritmo vertiginoso de transformação urbana no seu período de transição de colônia espoliada pelo poder metropolitano para um verdejante império, baluarte de um esperançoso Novo Mundo capaz de solucionar as contradições do passado. De início, Simplício, cujo nome não é aleatório e retrata uma pessoa desprovida de espírito, é descrito por Joaquim Manuel de Macedo como uma pessoa desorientada, portadora de uma dupla miopia, a física e a moral:



Miopia física: - a duas polegadas de distância dos olhos não distingo um girassol de uma violeta. E por isso ando na cidade e não vejo as casas. Miopia moral: - sou sempre escravo das ideias dos outros; por que nunca pude ajustar duas ideias minhas. E por isso quando vou às galerias da câmara temporária ou do senado, sou consecutiva e decididamente do parecer de todos os oradores que falam pró e contra a matéria em discussão (MACEDO, 1995, p. 11).

Essa circunstância já exige a inserção de nossa interpretação no campo simbólico, possibilitando assim a universalização da situação, não obstante a narrativa ocorrer durante o período oitocentista da vida carioca na vigência do Segundo Reinado, em um Rio de Janeiro que ainda não era qualificada como uma Cidade Maravilhosa. A miopia física, conforme as incômodas características dessa moléstia ocular, não permite que Simplício enxergue com nitidez qualquer coisa que se encontre no seu horizonte visual, pois o seu grau de miopia é bastante acentuado. Tanto pior, não há engenho humano que permita a confecção de uma lente que permita ao desafortunado personagem ver o mundo circundante de uma maneira mais razoável, mais precisa. Seu campo de ação fica assim extremamente limitado, dependendo sempre do nem sempre abnegado auxílio de outrem. Em um mundo forjado por e para aqueles que enxergam bem, qualquer limitação oftálmica é um risco para quem sofre dos olhos. Talvez um cego de nascença seja mais apto ao bem viver do que Simplício, que se encontra em um frio hiato entre o nada enxergar e o pouco enxergar, situação bem mais adversa. Simplício não foi habilitado a transferir suas habilidades perceptivas para outros sentidos, e assim a sua corporeidade é sempre errante e vacilante.

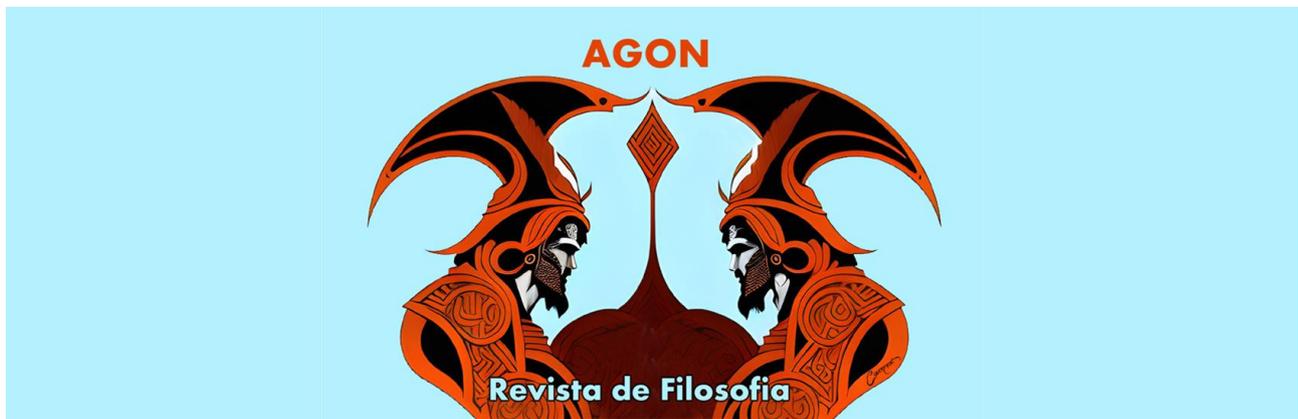
A miopia moral, por sua vez, mantém uma analogia axiológica com os sintomas da miopia física que afetam a percepção visual de Simplício, pois essa dita miopia impede nosso personagem de tomar decisões seguras e críticas sobre as coisas e acontecimentos prosaicos, decisões que geralmente são sancionadas por seus familiares, que se posicionam como tutores intelectuais de sua mente confusa; mais ainda, Simplício, incapaz de pensar de maneira consistente sobre a realidade cotidiana, acaba por se deixar levar por qualquer nível



de argumentação que se lhe apresenta, chegando ao ponto de concordar com uma questão que discorda em gênero, número e grau de alguma anterior, a qual, no entanto, ele próprio havia outrora demonstrado a sua adesão. Simplício é escravo da retórica, pois a verdade do argumento não apresenta sua força apodítica em suas construções mentais, sempre débeis: “A simplicidade de um pobre de espírito está sempre exposta às falsas interpretações dos maliciosos” (MACEDO, 1995, p. 21).

As flutuações de juízo de Simplício evidenciam a ausência de atonicidade em sua consciência, cindida pelos efeitos deletérios de sua fraqueza visual na formação de sua personalidade mediada pela complexidade semiótica do mundo concreto, tornando-o como que um desajeitado na vida em sociedade. Esse problema sucintamente apresentado permite que se afirme uma coisa terrível: Simplício não sabe pensar por si próprio, independentemente dos juízos apresentados por terceiros. Em linhas gerais, o seu posicionamento diante da realidade é marcado pela heteronomia, pois os critérios axiológicos que determinam a constituição de sua existência são elaborados por outros indivíduos, esses sim plenamente cômicos daquilo que afirmam ou que negam em seus interesses pessoais. Nessas condições, poderíamos desenvolver a seguinte pergunta: qual a vantagem que o sujeito poderia obter em se esforçar para pensar, se existe outra pessoa que pode se dedicar a esse propósito por ela? “Não pense, deixe que nós pensemos por você”, tal poderia ser o mote aplicado pelo sujeito que não desenvolveu o apreço pelo ofício de pensar conscientemente e de maneira autônoma acerca das conjunturas inerentes ao seu próprio cotidiano. Demagogos, personalidades carismáticas dos mais diversos segmentos sociais, jornalistas e publicitários são exemplos dessas figuras que prosperam através da alienação do pensamento das massas anônimas, as quais, preguiçosas e covardes, se tornam rebanho para os interesses de autoridades manipuladoras.

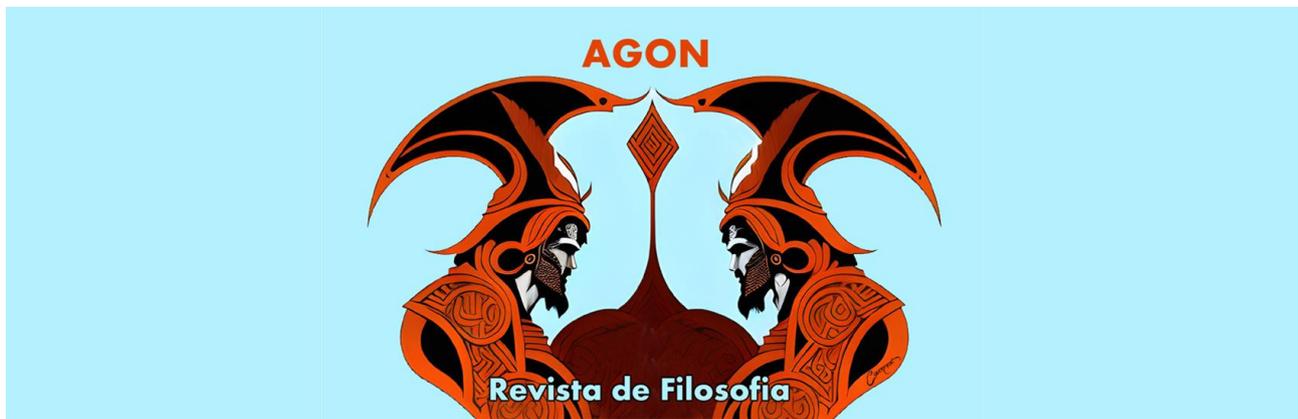
Podemos afirmar que Simplício age de maneira alienada ao longo de sua vida, pois ele próprio desiste de empreender investigações mais profundas sobre o sentido da



realidade, por se considerar completamente inepto para tal prática intelectual, transferindo essa atividade crucial para outrem. Como contribuição para essa explanação, é pertinente aproveitarmos a reflexão kantiana sobre a autonomia do pensamento humano como fruto do estado de sua emancipação intelectual diante da ordem estabelecida em seus segmentos políticos, religiosos e culturais, e a alienação da capacidade de pensar, quando um indivíduo qualquer abdica desse exercício pessoal ao transferir essa função para uma autoridade externa, o que caracteriza assim o estado de menoridade do ser humano:

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dele não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*]. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha, continuam no entanto de bom grado menores durante toda a vida (KANT, 2005, p. 63-64).

Essa dependência diante de uma inteligência externa torna Simplício como que um ser humano que se encontra nesse citado estado de menoridade descrito por Kant, ainda que fisicamente a sua idade seja a de um adulto, ou seja, um “menino por causa de sua miopia moral” (MACEDO, 1995, p. 26). Simplício não vivenciou o espírito de esclarecimento em sua existência, pois sua moléstia ocular serve de pretexto para a perpetuação de sua tacahez intelectual. Essa citada menoridade é do âmbito moral, pois que o personagem, um “puro tolo”, não consegue se posicionar ativamente diante das circunstâncias que determinam o rumo de sua existência e da sua realidade circundante, de maneira que outrem acaba por exercer a tutela sobre a sua vida pessoal, decidindo por ele aquilo que ele próprio não é capaz de decidir. Simplício é assim um sujeito “idiota”, pois é incapaz de estabelecer juízos

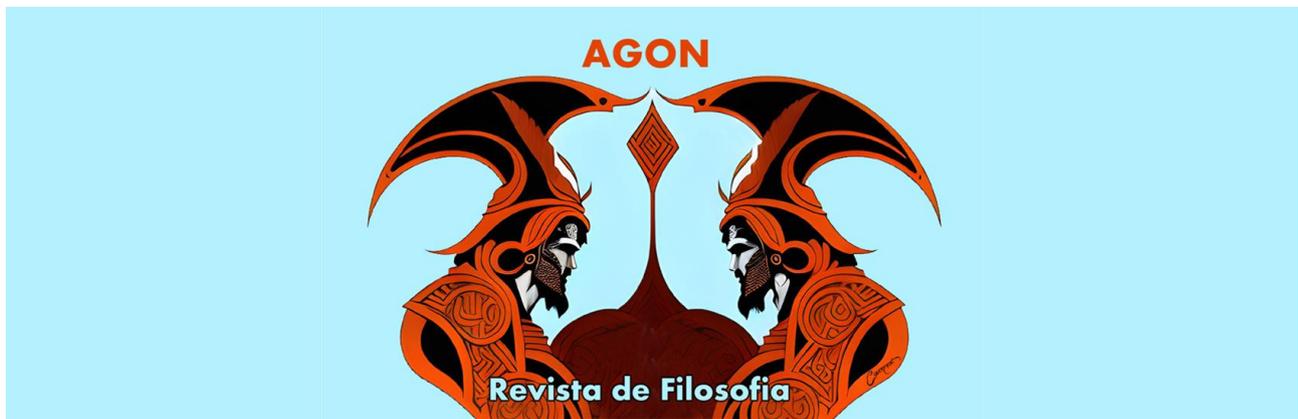


autênticos sobre a realidade concreta, vivendo assim como um autocentrado deslocado das decisões urgentes do mundo ordinário. A rigor, Simplício é uma pessoa cuja consciência se encontra para além dos valores de Bem e de Mal, pois sequer pode compreendê-los substancialmente.

Como então é possível alguém viver assim e ainda conseguir ser feliz? Ao menos, Simplício não é de todo uma pessoa feliz, pois que esse estado de “miopia moral” lhe gera uma profunda angústia. Simplício sabe que nada sabe, Simplício é ciente de sua própria insuficiência em avaliar as coisas. Nessas circunstâncias, apesar de viver toda a sua vida diante do suporte oferecido pelas inteligências externas que conduzem o seu existir, Simplício ao menos aspira a um momento em que ele poderia se emancipar do seu apequenamento moral diante do mundo circundante. Uma mentalidade esclarecida é aquela que não depende da imposição da autoridade do conhecimento alheio para viver a sua existência cotidiana, pois é capaz de pensar por si própria. Seria esse o verdadeiro estado de esclarecimento do ser humano, emancipado da prisão do dogmatismo e do medo de pensar de modo independentemente pessoal. Ainda conforme Kant,

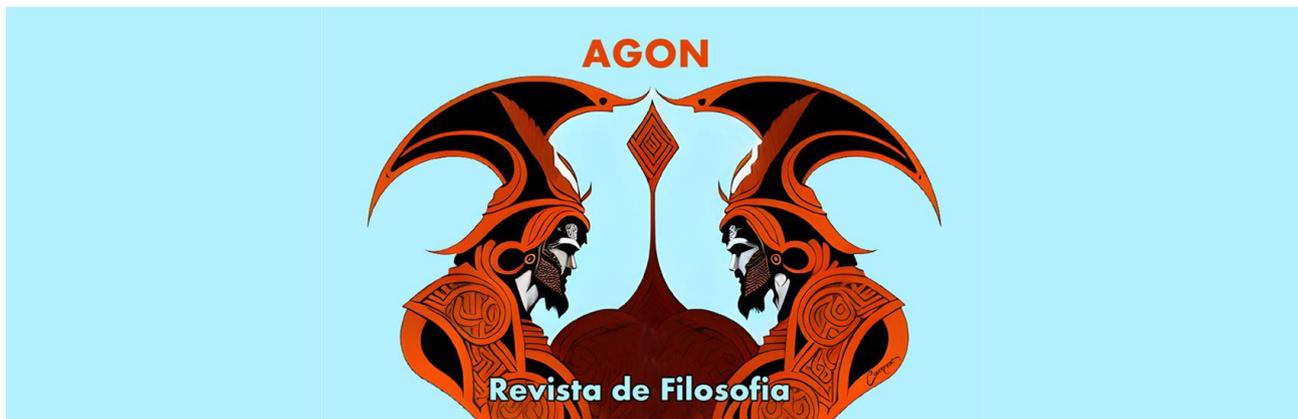
Libertação da superstição chama-se Esclarecimento, porque embora esta denominação também convenha à libertação de preconceitos em geral, aquela contudo merece preferentemente (in sensu eminenti) ser denominada um preconceito, na medida em que a cegueira, na qual a superstição lança alguém e que até impõe como obrigação, dá a conhecer principalmente a necessidade de ser guiado por outros, por conseguinte o estado de uma razão passiva (KANT, 2002, p. 141)

Uma oportunidade concedida pelo destino ao desafortunado Simplício, de modo que ele possa gozar de um novo posicionamento diante da existência se desencadeia quando lhe apresentam, primeiramente, algumas lentes potentes que talvez lhe permitisse enxergar melhor o mundo ao redor. Porém, nem mesmo a mais poderosa lente pode resolver a



moléstia ocular de Simplício. Um momento de desespero, pois todas as esperanças de uma melhor visualização da realidade poderiam se extinguir para Simplício. Eis então quando surge a figura extravagante do mago armênio, um pitoresco auxiliar de trabalho do polidor de lentes, conhecedor das ciências ocultas e mestre na manipulação das forças da natureza para a consecução de objetivos benéficos para os homens. Onde a razão chega aos seus limites, abre-se caminho para o sobrenatural e o místico. Simplício adquire do mago armênio não apenas um monóculo que permite a contemplação nítida da realidade, mas também a capacidade de ver a maldade latente em todas as coisas, se porventura o usuário detivesse o seu enfoque por mais de três minutos na coisa observada. Já dizia enigmaticamente o mago armênio a Simplício “de que é melhor ser cego, do que ver demais” (MACEDO, 1995, p. 24). Vale a pena vermos o lado negativo das coisas, ou é melhor se manter os véus da ilusão que encobrem a essência cruel da realidade? Com efeito, muitos acreditam que conhecem algo do mundo, mas apenas tateiam nas sombras e nas falsas concepções das coisas. Maya é soberana. Resposta difícil de ser concedida, tendo-se em vista o gozo de uma vida que, mesmo desprovida de uma compreensão emancipadora da verdade, ao menos possibilita a manutenção do indivíduo nesse estado de inocência. Todavia, não é isso que Simplício aspira, pois, movido pela curiosidade e pelo desejo de conhecer a fundo a essência moral de todas as coisas, nosso personagem não levará em consideração as advertências do mago armênio:

Dou-te uma luneta mágica; verás por ela, quanto desejares ver, verás muito; mas poderás ver demais. Criança! Dou-te um presente que te pode ser funesto: ouve-me bem! Não fixes esta luneta em objeto algum, e sobretudo em homem algum, em mulher alguma, por mais de três minutos; três é o número simbólico, e para ti será o número simples, o da visão da superfície e das aparências; não a fixes por mais de três minutos sobre o mesmo objeto, ou aborrecerás o mundo e a vida (MACEDO, 1995, p. 30).

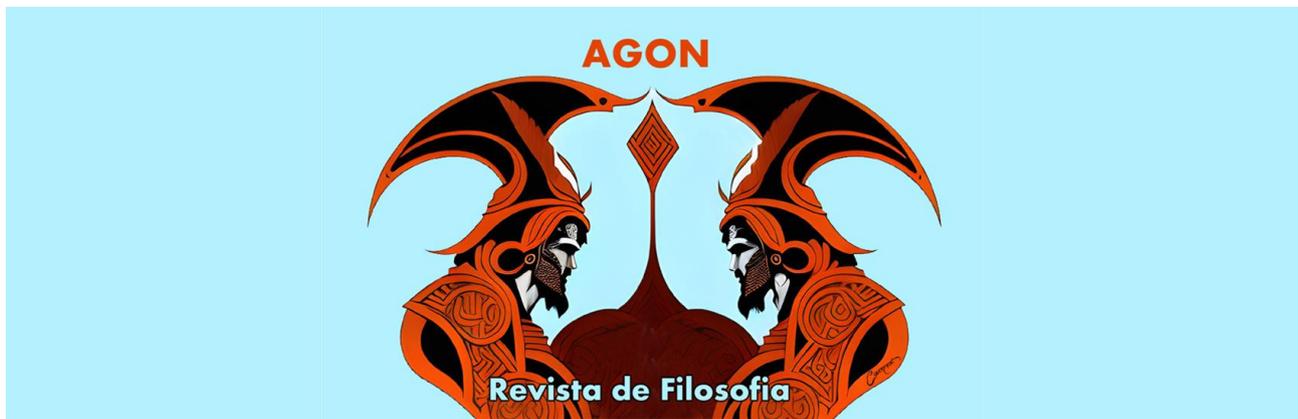


Todavia, a curiosidade, sempre vituperada como um grande mal corruptor da vida humana, se manifesta mais uma vez com sua força avassaladora, levando Simplício a violar o interdito capital do mago armênio, atirando-se assim ao mar de atribuições inimagináveis. Não sem sentido o mago armênio insiste em chamar Simplício de “criança”, pois sua consciência crítica não está ainda formada e é incapaz de discernir o certo do errado e desenvolver o discernimento do bom senso.

A VISÃO DO MAL E A VISÃO DO BEM. QUAL É A MELHOR?

O uso do monóculo mágico ofertado pelo mago armênio faz Simplício viver experiências em que a concessão dos valores morais das coisas varia de acordo com o modo que ele mesmo percebe os acontecimentos mediante a qualidade da luneta, primeiramente vendo tudo pelo enfoque do Mal, e posteriormente pelo enfoque do Bem. No olhar do Mal, mesmo os raios do Sol são imputados como diabólicos, no olhar do Bem, mesmo os mais abjetos crápulas possuiriam qualidades seráficas. Não há inocência na natureza, de um lado, e só existe a bonomia, de outro, posições extremas que impedem a compreensão real do mundo. Temos aqui uma cosmologia que não foi processada pela ideia de desencantamento do mundo e sua inerente racionalidade. Ocorre uma inversão de avaliações, conforme o senso comum:

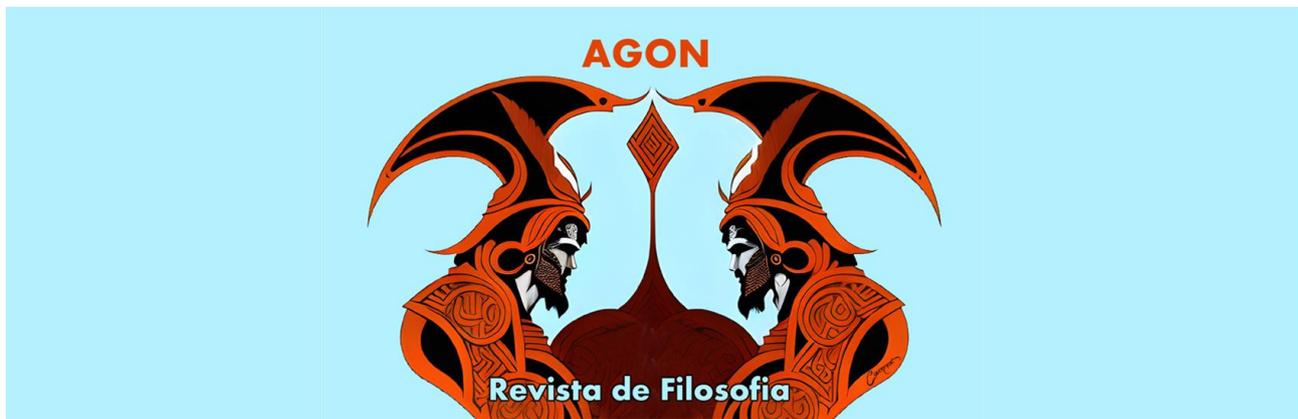
Vi, encontrei somente o Mal em tudo, e em toda parte, nos seres orgânicos e nos inorgânicos, nas obras das ciências e das artes, nos livros e nos monumentos [...] Eu vi a morte – mal julgada, caluniada pelos homens – sono plácido, suavíssimo que começa á última dor, ao extremo transe da vida, e que acaba ao despertar nas delícias da eternidade; paz sem cuidados, sossego sem a mais leve perturbação – véspera instantânea da verdadeira vida (MACEDO, 1995, p. 51; p. 152).



O grande sentido filosófico da narrativa consiste em defender a tese de que a interpretação da realidade seria uma espécie de caleidoscópio axiológico, que proporcionaria ao indivíduo, mediante condições subjetivas e particulares, a formulação de uma compreensão extremamente singular do mundo circundante conforme o desencadeamento de cada acontecimento. Nessas condições, não existiria um “valor em si”, pois tudo aquilo que chamamos de “bom” ou de “mau”, em verdade, expressa os nossos próprios critérios avaliativos mediante a maneira pela qual nos relacionamos com uma dada coisa, independentemente de sua própria particularidade específica. Um mesmo evento pode ser interpretado de diversas maneiras pela subjetividade humana, e em todas as circunstâncias essas interpretações podem e devem ser consideradas válidas. O enfoque humano sobre a realidade é sempre parcial, pois tende a inserir na sua compreensão afetiva e cognitiva elementos pessoais no processo de avaliação das coisas, tal como destacara Espinosa acerca da multiplicidade de valores que podem ser concedidos para uma mesma coisa mediante a circunstância na qual ela é avaliada:

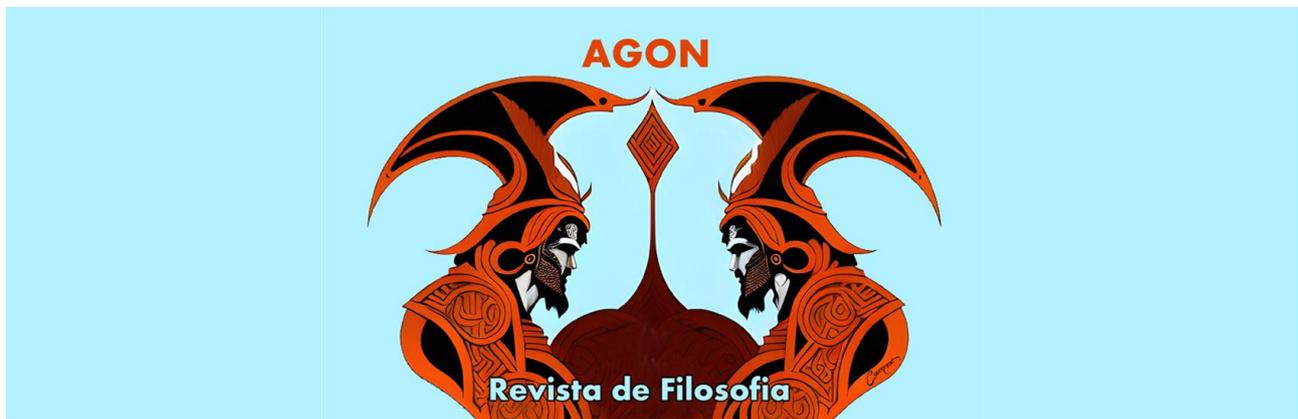
Só em poucas palavras direi aqui o que entendo por bem verdadeiro e, igualmente, o que é o sumo bem. Para que se compreenda isso corretamente, deve-se notar que “bom” e “mau” só se dizem em sentido relativo, visto que, de diversos pontos de vista, uma mesma coisa pode ser dita boa ou má; assim também com o “perfeito” e o “imperfeito”. Efetivamente, coisa alguma, considerada só em sua natureza, pode ser dita perfeita ou imperfeita, principalmente depois que se chega a compreender que tudo o que acontece acontece segundo uma ordem eterna e segundo leis imutáveis da natureza (ESPINOSA, 2004, p. 10).

Essa relativização dos valores morais é fundamental para o delineamento imanente da vida ética, circunstância que avassala a tradição normativa da moral fundamentada na exaltação absoluta do Bem/bom em detrimento do Mal/mau, demonizado como a expressão degradante e corruptora do não-ser. Conforme argumenta Espinosa,



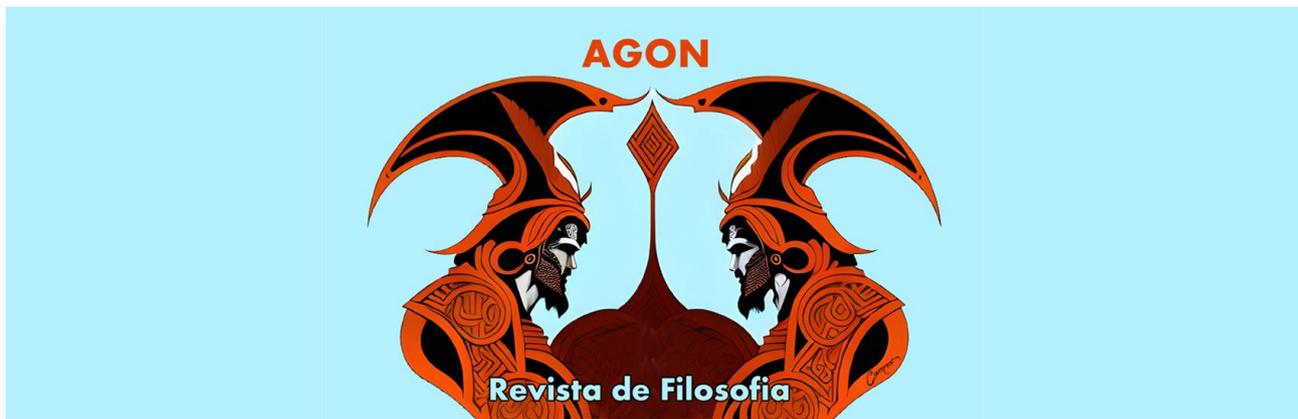
Os termos “bom” e “mau” nada indicam de positivo se porventura considerados em si mesmos. A música, tão agradável para os melancólicos, é má para aquele que se lamenta e indiferente para os surdos (ESPINOSA, 1992, p. 357-358).

Até mesmo a água, tão refrescante, pode vir matar o ser humano em caso de ingestão excessiva. Uma dose de vinho pode melhorar a digestão de um bom glutão. Esse é um dos motivos que possibilita afirmarmos a característica relativa dos valores concedidos para as coisas. Ao mudarmos a perspectiva pela qual baseávamos as nossas percepções do mundo, mudamos também as nossas interpretações e avaliações acerca dele, pois podemos modificar todo tipo de compreensão da realidade cotidiana, uma vez que o nosso entendimento não é uma faculdade rígida, que conserva eternamente os mesmos valores adquiridos no decorrer da vida. A contingência rege os rumos imanentes da existência humana, e o inerente fluxo transformador de todas as coisas, operado pelo devir, impede a cristalização das nossas perspectivas. Heráclito de Éfeso, nos primórdios do pensamento filosófico, afirmara que “Em rio não se pode entrar duas vezes no mesmo, nem substância mortal tocar duas vezes na mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança dispersa e de novo reúne” (HERÁCLITO, Fragmento DK 91). Como podemos explicar a existência desse relativismo no processo de concessão de valores para as coisas que percebemos usualmente? Uma vez que a vida humana é marcada pelo jogo de constantes transformações e interações, as nossas convicções tendem a se modificar continuamente, de modo que podemos então ver a realidade de outra forma, distinta da qual até então havíamos mantido piamente. Assim como não existe um “valor em si”, assim também não existe um “fato em si”, encerrado sobre suas próprias particularidades, ou seja, independente da interpretação humana. Nietzsche contribui de modo enfático para a solução desse problema epistemológico: “Contra o positivismo, que fica no fenômeno ‘só há fatos’, eu diria: não,



justamente não há fatos, só interpretações. Não podemos verificar nenhum fato “em si”: talvez seja um absurdo querer uma tal coisa” (NIETZSCHE, 1980, p. 315). Somente podemos falar de um “fato” quando nós já o interpretamos, através do lastro de valores que portamos conosco, valores esses que exercerão forte influência no ato de definição do mundo que nos envolve.

Quando Simplício inicia as suas experiências existenciais mediatizadas pela lente do monóculo, não são as coisas em si que ele percebe pelo olhar, mas o mundo percebido pelas lentes mágicas, que realçam as qualidades boas ou más das coisas. Ressaltemos que é justamente esse fator que leva Simplício a cometer uma série de tolices, pois ele acredita piamente que as coisas que ele até então tinha por virtuosas são na verdade antros de iniquidade e que o que ele entendia como perversas são na verdade halos de candura e virtude. Simplício se torna um joguete das pessoas mal-intencionadas, que se divertem e prosperam através de sua deficiência de interpretar adequadamente as condições viciosas da sociedade; essa situação adquire tal grau de complexidade quando o míope Simplício, que antes compreendia primeiramente uma coisa como má, passa a ver o lado bom de todas as coisas, ao usar o benfazejo monóculo. Como basear a sua compreensão do mundo nesses valores flutuantes, se uma coisa primeiramente aparece para a nossa percepção como “má” e em seguida como “boa”? Qual lado convém preferir? Simplício adotava ao longo de sua vida ingênua uma compreensão do mundo no qual este possuiria um critério axiológico independente da experiência, no qual o Bem seria proclamado como tal em decorrência de sua própria natureza, mesmo caso a ser aplicado para o Mal. Aliás, há que se ressaltar que algumas vertentes religiosas ou filosóficas apregoam a existência de um Bem Soberano que rege a ordem do universo e de um Mal Radical que luta contra o progresso desse estado divino na Terra. Todavia, conforme a investigação genealógica de Nietzsche acerca do desenvolvimento da consciência moral do ser humano, a formulação dos termos de Bem e

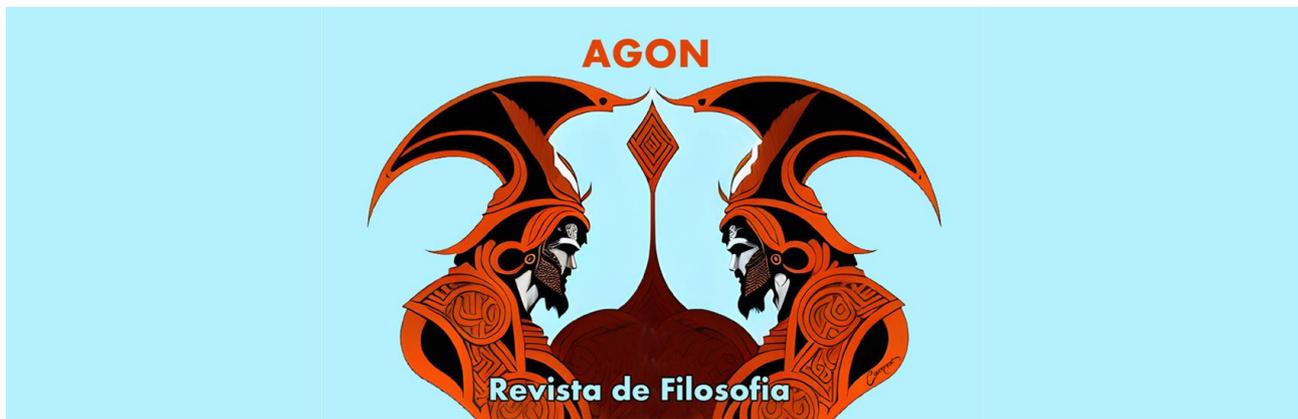


de Mal decorre de um processo histórico influenciado nitidamente pela percepção dos indivíduos das sociedades precedentes em relação ao mundo em que viviam:

Sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? e que valor tem eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indícios de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade de vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro? (NIETZSCHE, 2015, p. 9).

Para a concepção greco-romana em sua acepção heroica, o Bem é a força física, a saúde do corpo, a coragem. Para a civilização judaico-cristã, o Bem é a virtude abstrata da alma, a retidão moral, a perfeição espiritual, a negação do corpo, a ascese. O valor do conceito de “Bem”, portanto, varia segundo a determinação intrínseca que movimenta a ordem cultural de uma sociedade. Vemos que duas civilizações distintas entre si formularam definições também radicalmente distintas acerca da classificação do que é o “Bem”. Nietzsche argumenta: “O que é bom? – Tudo o que aumenta no homem o sentimento do poder, a vontade de poder, o próprio poder. O que é mau? – Tudo o que nasce da fraqueza” (NIETZSCHE, 1997, p. 17).

Essa separação precisa entre aquilo que é denominado como o “Bem” e aquilo que é denominado como o “Mal” progressivamente se dissolve na mente de Simplício, pois este percebe que nada é aquilo que parece efetivamente ser, de modo que alguma coisa que era vista sob um determinado enfoque, ao receber um parecer individual, pode vir a receber um parecer diferente, mediante a mudança de perspectiva. Daí a importância da lente que proporciona o uso do bom senso na sua avaliação da realidade, pois que a partir de então, aquilo que é “bom” não seria tomado como “mau”, e vice-versa. Mais ainda, haveria a possibilidade de se compreender que nada no mundo é efetivamente bom ou mau plenamente, pois toda a nossa existência é marcada pela complexidade de relações, onde é

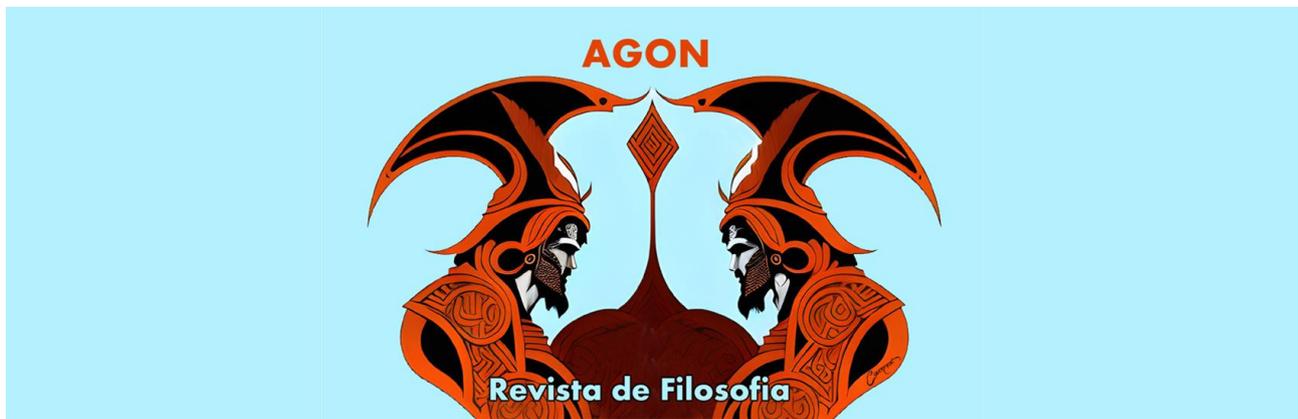


um tanto difícil delimitarmos exatamente aquilo que pode ser caracterizado como bom ou ruim. O livro de Joaquim Manuel de Macedo apresenta em seu epílogo uma visão teleológica e moralista da condição humana e de toda a ordem cósmica, imputando a Deus o papel de Bem Absoluto; contudo, ao Mal não se concede tal categorização, mas apenas um viés relativo, de maneira que o tom otimista prevalece no sentido filosófico da narrativa mediante as sábias palavras pronunciadas pelo mago armênio:

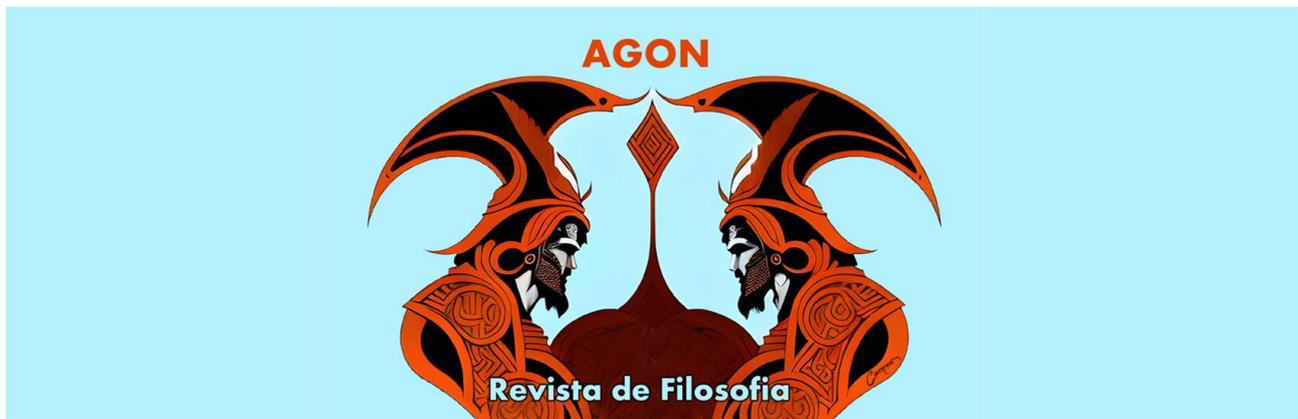
O Bem absoluto é Deus; Mal absoluto não existe, não pode existir: porque seria o Mal sem arrependimento, e sem perdão e portanto um limite à onipotência de Deus, o absurdo na verdade eterna [...] Na visão do Mal como na visão do Bem houve fundo de verdade; porque em todo homem há Bem e há Mal, há boas e más qualidades e nem pode ser de outro, porque em sua imperfeição a natureza humana é essencialmente assim (MACEDO, 1995, p. 161).

A dimensão humana da vida é então invariavelmente regida pela relatividade axiológica, e somente na dimensão suprassensível poder-se-á encontrar a plenitude sem contradições. Cabe ainda ressaltar que, pelo discurso do mago armênio, Joaquim Manuel de Macedo apresenta uma questão filosófica que viola a normatividade tradicional do discurso teológico em suas bases mais dogmáticas, ou seja, a impossibilidade do pretense Mal radical sofrer uma efetiva transformação interior e assim retornar gloriosamente ao seio da plenitude do Bem. Por conseguinte, há mais especulações filosóficas implícitas em *A Luneta Mágica* do que pode supor a leitura apressada de um tacanho modelo burocrático do ensino literário em nossas instituições. Uma obra vigorosa é sempre atemporal e repercutirá nas consciências de toda pessoa que ouse pensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A obra de Joaquim Manuel de Macedo analisada neste ensaio serve de valoroso estímulo para a nossa reflexão sobre a qualidade das ações humanas, norteadas pelo antagonismo entre os princípios do Bem e do Mal. Na verdade, esse dito antagonismo somente ocorre mediante uma interpretação parcial da realidade, pois que, em um mundo marcado pela relatividade dos seus valores, o que realmente pode ser considerado de maneira categórica e definitiva como do âmbito do “Bem” ou do “Mal”? Essa indagação, no entanto, necessariamente não nos leva a um impasse irresolúvel, pois que, mediante o uso do bom senso, podemos constituir um modelo de vida crítico, no qual avaliamos de modo consciente aquilo que efetivamente nos proporciona algum benefício duradouro, ou, ao contrário, aquilo que nos prejudica em diversas categorias da dimensão vital. A visão plena do Mal envenena o ânimo do indivíduo, e a visão plena do Bem torna o indivíduo ingênuo diante dos aproveitadores cotidianos. Quisera então que todos nós pudéssemos utilizar essa lente mágica que proporciona ao indivíduo a visão crítica do mundo. As arbitrariedades das relações políticas, o abuso do poder e a hipocrisia social diminuiriam de forma considerável em nossa sociedade. Quisera também que uma maior quantidade de leitores obtivesse acesso ao romance de Joaquim Manuel de Macedo, sobretudo os jovens estudantes brasileiros, que tanto necessitam desenvolver a consciência crítica acerca dos acontecimentos sociopolíticos que constituem nossa esfera pública. Uma melhor formação educacional exige menos conteúdos instrumentais e mais saberes reflexivos, de modo a se promover uma melhor sensibilidade estética e maior poder decisório nas avaliações éticas sobre a nossa inevitável realidade circundante.



REFERÊNCIAS

ESPINOSA, Baruch. *Ética*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

_____. *Tratado da Reforma da Inteligência*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HERÁCLITO. “Fragmentos”. In: Vol. Pré-Socráticos, Col. “Os Pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. **RESPOSTA À PERGUNTA: Que é “Esclarecimento”?** In *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 63-71.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Luneta Mágica*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. Lisboa: Ed. 70, 1997.

_____. **GENEALOGIA DA MORAL: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Sämliche Werke. Kritische Studienausgabe**. Edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. Berlim: Walter de Gruyter, 1980.